



orçamento **2015**

Grandes Opções do Plano

Introdução ao Orçamento e Grandes Opções do Plano

1 – INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, faz depender a atividade municipal, essencialmente, da existência de dois documentos de natureza previsional: as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal.

O primeiro define as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, sendo constituído pelo Plano Plurianual de investimentos (PPI), com projeção quadrienal, do qual constam os projetos e ações que implicam despesas a realizar por investimentos e, ainda, pelas Atividades Mais Relevantes (AMR), previstas para o ano, integrando as ações ou projetos de natureza económica diferente, cujas despesas não se consideram de investimento nem encargos normais de funcionamento dos serviços.

Por sua vez, o Orçamento Municipal prevê as receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante o ano económico, quer com a execução das Grandes Opções do Plano, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços.

O órgão executivo deverá apresentar ao órgão deliberativo, até 31 de outubro a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, conforme estipulado no número 1, do artigo 45.º da Lei 73/2013 de 03 de Setembro.

Para além do cumprimento das obrigações legais, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, refletem também o contexto político, económico e financeiro em que vão operar apontando para reduzir ainda mais a dívida da autarquia no quadro da manutenção e consolidação financeira do Município.

O contexto de incerteza em que surge esta proposta de orçamento subjacente à recuperação económica e à situação dos mercados financeiros, que exercem grande influência na economia nacional e por sua vez ao nível local face aos programas de

contenção orçamental que os governos têm de adotar e que se refletem no Orçamento do Município com a redução de verbas a transferir.

Este orçamento continua o ajustamento da despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município.

Esta contenção financeira será reforçada com a racionalização dos recursos, redução generalizada dos consumos e na definição de prioridades e necessidades fundamentais em que algumas prestações de serviços habitualmente alvo de contratação externa passem a ser executadas pelos serviços do Município.

O controlo e redução da dívida global nos últimos anos, acompanhada da seletividade da despesa municipal têm sido fatores para acompanhar o cenário da quebra acentuada da receita municipal, nomeadamente das taxas municipais e do diferencial entre receita e despesa corrente afeta ao fornecimento de serviços de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos ao Município.

1.1 ANÁLISE CONJUNTURAL E PERSPETIVAS PARA 2015:

O MUNDO

As atuais projeções apontam para uma melhoria do desempenho da economia mundial, em 2015, assente sobretudo no reforço do crescimento das economias avançadas onde se evidencia um crescimento mais significativo dos EUA e mais moderado do Japão e uma ligeira recuperação da economia da União Europeia (UE).

No caso da UE verificam-se evoluções bastantes distintas entre os estados membros. Uma maior evolução nos países bálticos, Reino Unido, Suécia e Polónia e uma menor evolução nos países do sul da área do euro, alguns deles sujeitos a programas de ajustamento económico.

O conjunto dos países emergentes apresenta um crescimento menos forte, apesar de continuar robusto em alguns países asiáticos, como é o caso da China, que reflete políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos, bem como alguns receios quanto à instabilidade financeira nas economias mais desenvolvidas e, mais recentemente, o agravamento das tensões geopolíticas em volta da crise na Ucrânia.

Apesar da incerteza nas perspetivas económicas mundiais se manter elevada nos próximos anos, alguns riscos importantes diminuíram no período mais recente. Na área do euro, a diminuição dos riscos financeiros associados às dívidas soberanas foi fundamental para uma perceção mais favorável da evolução das economias. Estes desenvolvimentos, a par de uma recuperação económica significativa, nos países mais periféricos da área do euro e mais vulneráveis à crise da dívida soberana, contribuíram para a melhoria das condições de financiamento externo destas economias.

No que se refere à área do euro, prevê-se uma recuperação económica gradual em 2015, devendo o PIB aumentar em 1,2% e em cerca de 1,6%, respetivamente, invertendo a recessão registada nos últimos dois anos, associada à melhoria das exportações e à recuperação da procura interna. De facto, as exportações devem

acelerar e a procura interna deve aumentar para cerca de 1,4%, em média anual, nestes dois anos, prevendo-se que sejam o principal motor de crescimento.

Atualmente, um dos principais fatores que poderão levar a um crescimento económico mundial abaixo do previsto prende-se sobretudo com a evolução das economias emergentes. Adicionalmente, existe um risco associado ao facto de as taxas de inflação na área do euro permanecerem demasiado baixas durante um período demasiado prolongado.

Por outro lado, a intensificação das tensões geopolíticas nos principais produtores de petróleo (Irão, Ucrânia, Líbia e a Rússia) poderá criar pressões mais fortes sobre o aumento dos preços, criando alguns constrangimentos à evolução da situação económica mundial.

O PAÍS

Para o próximo ano prevê-se um fortalecimento da procura externa relevante para Portugal, em consequência da melhoria da atividade económica dos principais parceiros comerciais, com reflexos na evolução das suas importações. Prevê-se a manutenção das taxas de juro de curto prazo num nível baixo, bem como uma diminuição do preço do petróleo e uma ligeira depreciação do euro face ao dólar.

A procura externa relevante para Portugal apresenta, em 2015, um crescimento em linha com a retoma da economia mundial, especialmente significativo para o conjunto da área do euro, cujo PIB deverá apresentar um crescimento de 1,3% (0,8% em 2014) e onde se encontram os principais parceiros da economia portuguesa (Espanha, Alemanha, França e Itália).

Neste contexto, para 2015, prevê-se um crescimento do PIB em 1,5%, reflexo de uma contribuição positiva da procura externa líquida, bem como a manutenção do contributo positivo da procura interna.

A taxa de desemprego deverá situar-se em 13,4% (-0,8 p.p. face ao esperado para 2014 e -2,8 p.p. face à ao valor de 2013). A redução do desemprego deverá ser acompanhada por um aumento da produtividade aparente do trabalho e por um crescimento do emprego ligeiramente inferior ao registado em 2014.

A inflação deverá atingir os 0,7% em 2015, num contexto de ausência de tensões – quer inflacionistas, quer deflacionistas – nos mercados internacionais. Esta subida da inflação de cerca de 0,7 p.p. face a 2014 traduzirá uma maior pressão ascendente sobre os preços resultante da melhoria da procura interna.

Tendo em conta o défice orçamental estimado para 2014, o efeito das pressões identificadas para 2015, a intensificação da recuperação da atividade económica em 2015 – em particular a retoma da confiança dos agentes económicos –, e a concretização de medidas de consolidação num montante de 0,7% do PIB, prevê-se que o défice orçamental de 2015 se situe em 2,7% do PIB.

Para o esforço de consolidação orçamental concorre um conjunto de medidas de compressão de despesa. Estas medidas de racionalização e reorganização do sector público repartem-se por todos os programas orçamentais nas rubricas de despesas com pessoal e consumos intermédios.

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Em 2015, a Administração Local deverá registar um excedente de 825 milhões de euros. A melhoria do saldo orçamental face a 2014, está associada a um crescimento da receita efetiva superior ao da despesa (+4,3% e +0,7%, respetivamente), em resultado de um aumento esperado nas rubricas da receita, em particular do IMI (+10,1%).

Também as transferências do Orçamento do Estado para a Administração Local, parecem registar um contributo positivo para a variação da receita em 2015 (+108 milhões de euros).

No que se refere à despesa, prevê-se um aumento moderado em 2015, na ordem dos 0,7%, resultante do crescimento da despesa corrente de 1,5%, mas atenuado pela quebra da despesa de capital de 1,8%.

Em 2015, as transferências da Administração Central destinadas à Administração Local, deverão ascender a 2.886 milhões de euros. Relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo, concedidos pelo Estado, prevê-se que totalizem 668 milhões de euros, dos quais, 74 milhões de euros, dizem respeito ao PAEL,

destinados à regularização de dívidas comerciais de anos anteriores e 213 milhões de euros previstos para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Por outro lado, espera-se que a Administração Local transfira para a Central um total de 69 milhões de euros.

O maior desafio que se coloca aos municípios, em 2015, é a sustentabilidade financeira, muito condicionada pela rigidez da despesa e pela reduzida evolução previsível da receita. Igualmente condicionada por uma significativa dependência de financiamento do orçamento do estado e de fundos comunitários para executar investimentos relevantes para as populações e para prosseguir o seu dever de serviço público.

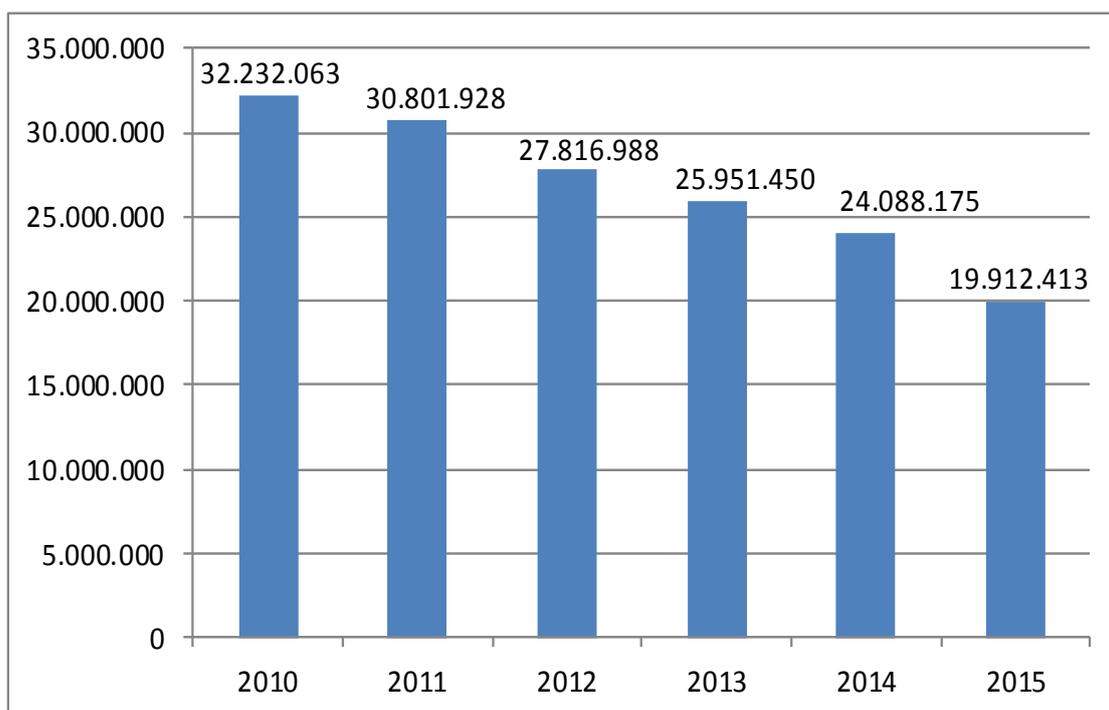
Os diplomas legais mais recentes, como o Regime Jurídico e o Regime Financeiro das autarquias locais e a Lei dos Compromissos vieram condicionar em grande medida a flexibilidade da gestão municipal, não atendendo, em muitos casos, às especificidades dos municípios nem à sua autonomia.

FONTES:

FMI, "World Economic Outlook (WEO)", october 2014
Comissão Europeia, "Previsões Económicas da UE", maio 2014
Banco de Portugal, "Boletim Económico", outubro 2014
GPEARI, "boletim Mensal da Economia Portuguesa", setembro 2014

1.2 – ORÇAMENTO GLOBAL COMPARATIVO 2010-2015

	ORÇAMENTO INICIAL					
	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
VALOR GLOBAL	32.232.063	30.801.928	27.816.988	25.951.450	24.088.175	19.912.413



1.3 - ESTRUTURA ORÇAMENTAL 2015

O orçamento da receita é composto por 88,19% de receita corrente e 11,81% de receita de capital, a despesa corrente corresponde a 79,20% e a despesa de capital 20,80%, situação que assegura o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental.

Face ao novo regime financeiro das autarquias locais, 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos constitui agora receita das freguesias a par da já consignada receita de IMI sobre os prédios rústicos.

O apuramento dos desvios relativos à receita cobrada em dois anos consecutivos inferiores a 85% do orçamento respetivo, consubstancia o reporte aos membros do governo e responsáveis pela área financeira e das autarquias locais.

1.3.1 – Receita

A previsão das ações a executar e das despesas a realizar está condicionada ao valor das receitas previstas para o respetivo ano económico, sendo certo que fatores externos à vontade do executivo municipal podem condicionar também a sua efetivação.

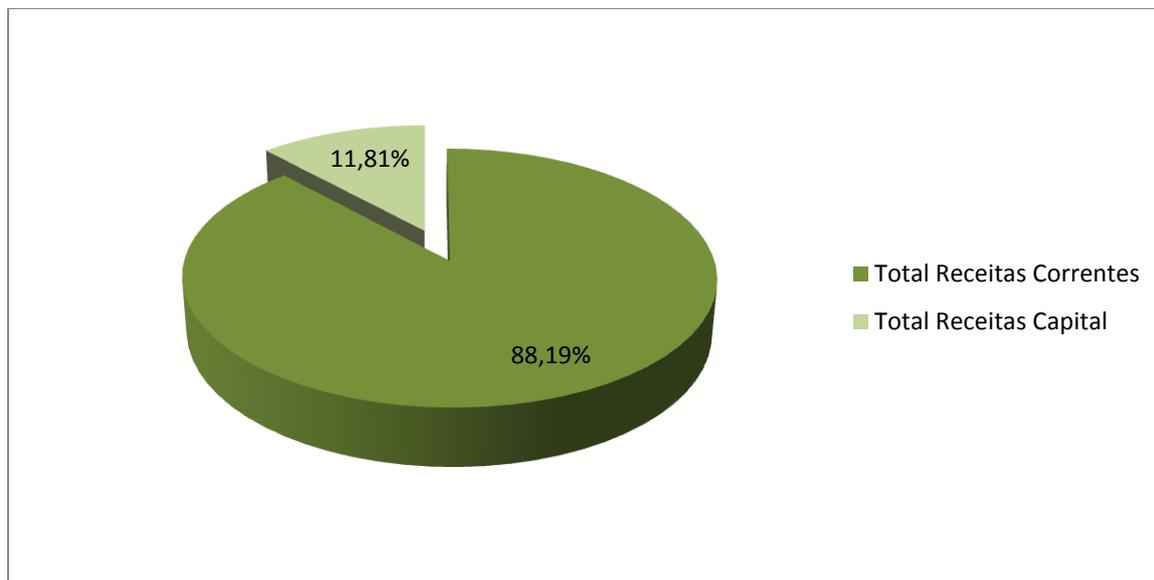
As receitas previstas para o ano económico de 2015 orçam no valor global de 19.912.413,00€, correspondendo 17.559.979,00€ a receitas correntes e 2.352.434,00€ a receitas de capital.

Em termos económicos, a receita prevista por cada um dos capítulos, assim como o peso relativo de cada um deles, constam do quadro que se segue.

1.3.1.1 – Quadro – Estrutura da Receita

Uni: Euro		
Descrição da Receita	2015	%
Impostos diretos	4.048.673,00	20,33
Impostos indiretos	240.380,00	1,21
Taxas, multas e outras penalidades	499.394,00	2,51
Rendimentos de propriedade	2.098.504,00	10,54
Transf. Correntes	7.256.987,00	36,44
Venda bens/serv.correntes	3.395.436,00	17,05
Outras receitas correntes	20.605,00	0,10
Total de Receitas Correntes	17.559.979,00	88,19
Venda bens investimento	183.344,00	0,92
Transf. Capital	1.738.977,00	8,73
Ativos financeiros	364.887,00	1,83
Passivos financeiros	64.826,00	0,33
Outras receitas capital	300,00	0,00
Reposições não abat. Pag.	100,00	0,00
Total de Receitas Capital	2.352.434,00	11,81
TOTAL	19.912.413,00	100,00

1.3.1.2 – Gráfico – Estrutura da Receita (Resumo)



1.3.1.3 – Breve Análise da Receita

Do quadro constante do ponto 1.2.1.1 constata-se que nas receitas correntes assumem peso determinante as transferências correntes, os impostos diretos, a venda de bens e serviços correntes e os rendimentos de propriedade, representando estas quatro rubricas 95,67% das receitas correntes e 84,36 % da receita total.

As transferências correntes orçam 7.256.987,00 €, cerca de 36,44% do valor global do orçamento e de aproximadamente 41,33% do valor total das receitas correntes, importância essa que é maioritariamente preenchida pelas transferências da Administração Central, designadamente pelo fundo de equilíbrio financeiro, pela participação no IRS e pelas transferências no âmbito dos acordos estabelecidos na área da educação.

Quadro comparativo – transferências do estado 2010-2015

	FEF CORRENTE	FEF CAPITAL	IRS	FSM	TOTAL ANUAL
2010	3.840.255	2.067.829	461.575	413.613	6.783.272
2011	3.502.565	1.885.997	434.352	377.243	6.200.157
2012	3.289.844	1.771.454	474.390	354.551	5.890.239
2013	4.049.038	1.012.260	474.390	354.551	5.890.239
2014	4.393.544	488.172	491.956	354.551	5.728.223
2015	4.525.922	502.880	631.281	421.260	6.081.343

Gráfico comparativo de valores globais 2010-2015

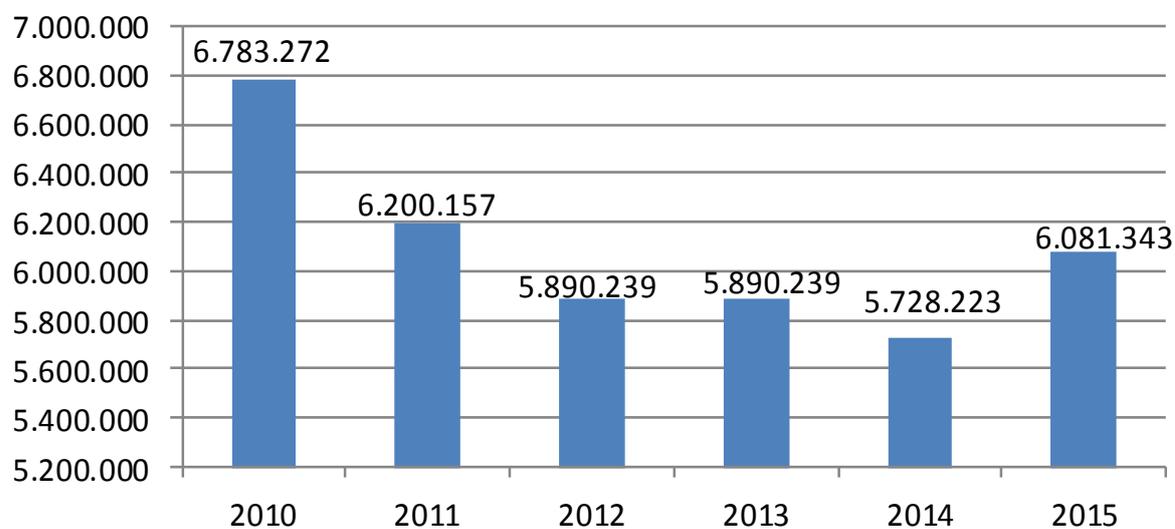
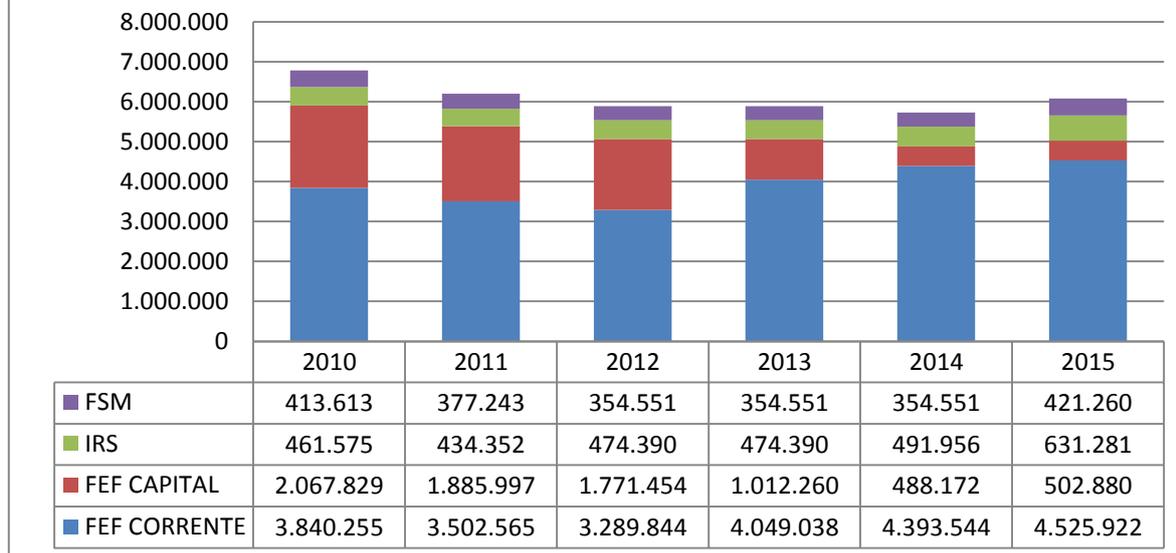


Gráfico comparativo por tipo de fundos 2010-2015



Todas as demais receitas correntes orçam 10.302.992,00 €, contribuindo com 51,74% para o total da receita prevista, sendo a sua maior parte proveniente dos impostos diretos (4.048.673,00 €), dos rendimentos da propriedade (2.098.504,00 €) donde se destaca a renda de concessão elétrica (686.866,40€) e a renda de produção de energia eólica (585.756,60€) e ainda da venda de bens e serviços correntes (3.395.436,00 €), capítulo onde as receitas são provenientes dos serviços prestados no âmbito do fornecimento de água, resíduos sólidos e tarifa de disponibilidade.

No que respeita às receitas de capital assumem peso determinante as transferências de capital:

- Do Estado, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de 502.880,00 € e Cooperação Técnica e Financeira no valor de 120.803,00 €;
- Do Exterior, participações comunitárias ao investimento municipal 1.114.794,00€

As restantes receitas de capital previstas são asseguradas pela venda de bens de investimento, no valor de 183.344,00 €, pelos ativos financeiros no valor de 364.887,00 € e pelos passivos financeiros no valor de 64.826,00 €.

1.3.2 – Despesa

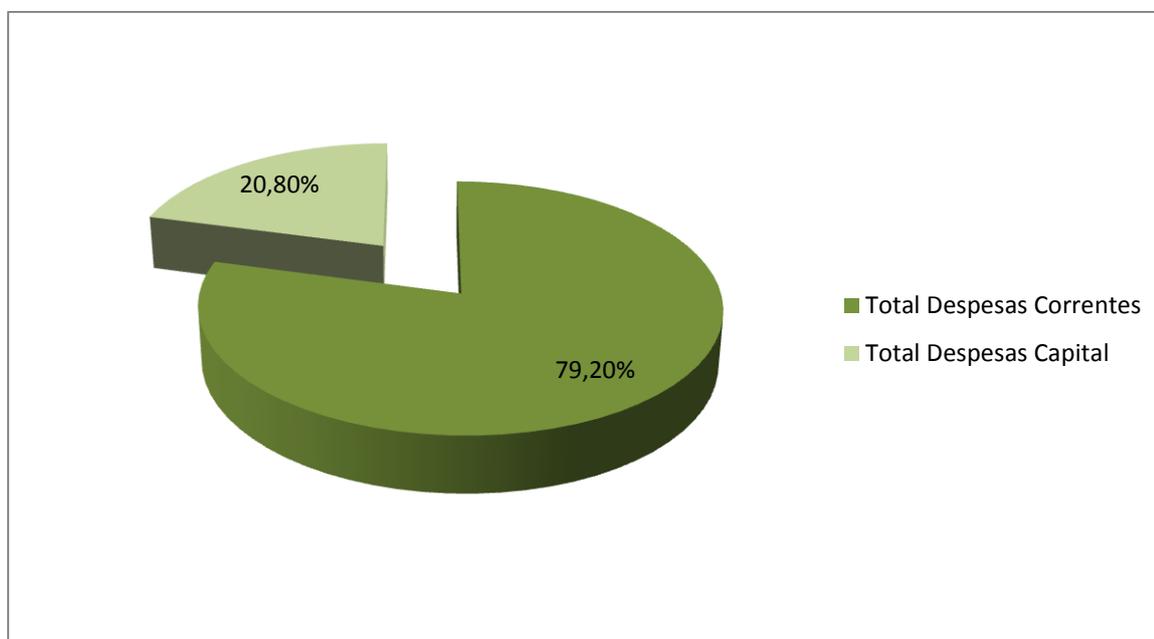
As despesas totalizam o mesmo valor da receita, afetando 15.771.239,00 € às despesas correntes e 4.141.174,00 € às despesas de capital, previsões que correspondem, respetivamente, a 79,20% e 20,80% do valor global das despesas.

1.3.2.1 – Quadro – Estrutura da Despesa

Uni: Euro

Descrição da Despesa	2015	%
Pessoal	5.545.426,00	27,85
Aquisição de Bens	2.735.828,00	13,74
Aquisição de Serviços	5.905.968,00	29,66
Juros e Outros Encargos	163.923,00	0,82
Transferências Correntes	701.274,00	3,52
Subsídios	651.700,00	3,27
Outras Despesas Correntes	67.120,00	0,34
Total de Despesas Correntes	15.771.239,00	79,20
Aquisição Bens de Investimento	931.853,00	4,68
Locação Financeira	9.769,00	0,05
Bens Domínio Público	516.973,00	2,60
Transferências de Capital	627.902,00	3,15
Ativos Financeiros	100.639,00	0,51
Passivos Financeiros	1.953.838,00	9,81
Outras Despesas de Capital	200,00	0,00
Total de Despesas de Capital	4.141.174,00	20,80
TOTAL	19.912.413,00	100,00

1.3.2.2 – Gráfico – Estrutura da Despesa (Resumo)



1.3.2.3 – Breve Análise da Despesa

Do quadro referente à estrutura da despesa (ponto 1.2.2.1) pode afirmar-se que as rubricas com maior peso são, sucessivamente a aquisição de serviços, despesas com pessoal e aquisição de bens, que representam cerca de 90,15% das despesas correntes e 71,40% da despesa total.

As despesas correntes têm vindo a registar um aumento gradual ao longo dos últimos anos, em resultado, quer do alargamento da atividade municipal em diversas áreas prioritárias, designadamente na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, de abastecimento de água, de saneamento, dos transportes escolares, da iluminação pública, das refeições escolares do ensino básico e pré-escolar, e da ação social escolar, quer ainda da atividade desenvolvida no âmbito de novas atribuições que a Administração Central transferiu para os Municípios.

Relativamente às despesas de capital existem três rubricas que se destacam: aquisição de bens de investimento, as transferências de capital e os passivos financeiros (valores respeitantes a amortização de empréstimos de médio e longo prazo).

Refira-se que nas transferências de capital, incluem-se as transferências para as freguesias, previstas para serem afetadas a investimentos a levar a cabo pelas respetivas juntas de freguesia.

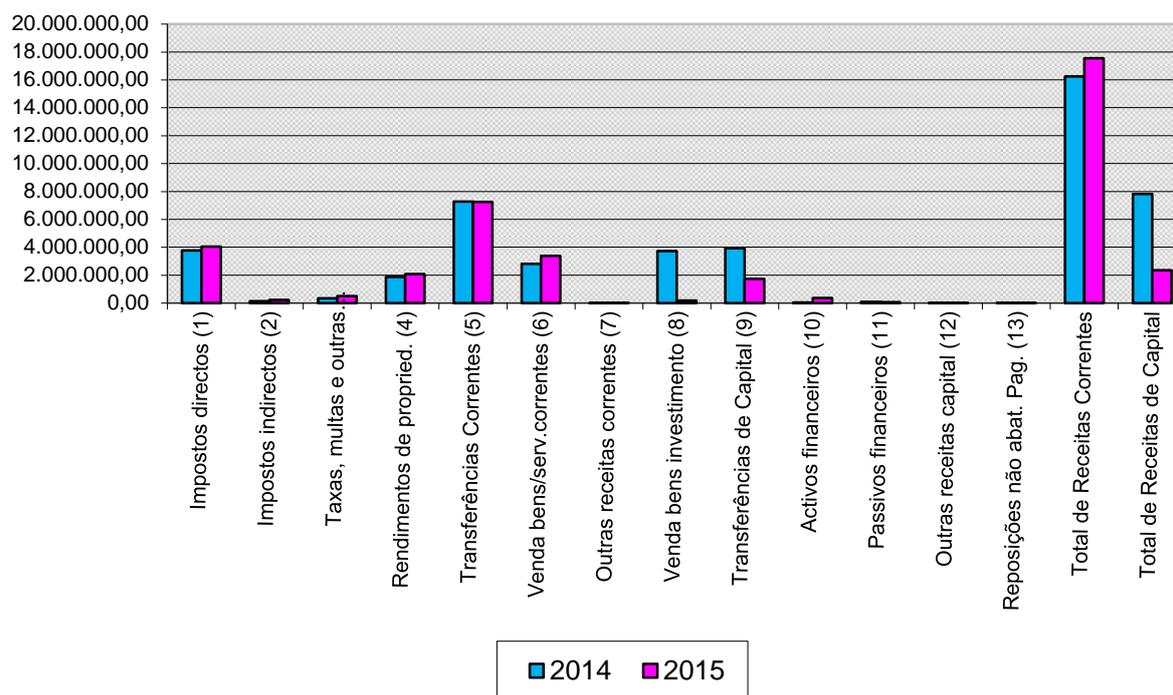
1.3.3 - Análise Comparativa do Orçamento

1.3.3.1 - Quadro – Comparação das Dotações da Receita Prevista entre os anos 2014/2015

Uni: Euro

Descrição da Receita	2014	2015	Var.Abs.	Var. (%)
Impostos diretos	3.779.822,00	4.048.673,00	268.851,00	7,11
Impostos indiretos	151.271,00	240.380,00	89.109,00	58,91
Taxas, multas e outras penalidades	337.459,00	499.394,00	161.935,00	47,99
Rendimentos de propriedade	1.871.655,00	2.098.504,00	226.849,00	12,12
Transf. Correntes	7.279.137,00	7.256.987,00	-22.150,00	-0,30
Venda bens/serv.correntes	2.814.952,00	3.395.436,00	580.484,00	20,62
Outras receitas correntes	19.059,00	20.605,00	1.546,00	8,11
Total de Receitas Correntes	16.253.355,00	17.559.979,00	1.306.624,00	8,04
Venda bens investimento	3.740.091,00	183.344,00	-3.556.747,00	-95,10
Transf. Capital	3.941.555,00	1.738.977,00	-2.202.578,00	-55,88
Ativos financeiros	60.112,00	364.887,00	304.775,00	507,01
Passivos financeiros	92.662,00	64.826,00	-27.836,00	-30,04
Outras receitas capital	300,00	300,00	0,00	0,00
Reposições não abat. Pag.	100,00	100,00	0,00	0,00
Total de Receitas de Capital	7.834.820,00	2.352.434,00	-5.482.386,00	-69,97
TOTAL	24.088.175,00	19.912.413,00	-4.175.762,00	-17,34

1.3.3.2 - Gráfico - Comparação das Dotações da Receita Prevista – 2014/2015



1.3.3.3 – Breve Análise das Receitas Previstas por Capítulos – 2014/2015

Dos valores constantes no **quadro 1.2.3.1** verifica-se que as maiores variações nas receitas entre 2014 e 2015 são as seguintes:

- Nas Receitas Correntes:

- Impostos diretos – Neste capítulo verifica-se um aumento de 7,11% comparativamente ao ano anterior, que se deve essencialmente ao aumento em 2013 e 2014 da receita do Imposto Municipal de Imóveis, que influenciou o valor previsto para 2015, por força da aplicação das regras previsionais previstas no POCAL, para elaboração dos documentos previsionais.

- Os impostos indiretos, as taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e vendas de bens e serviços correntes tiveram um acréscimo de 58,91%, 47,99%, 12,12% e 20,62%, respetivamente.
- As transferências correntes tiveram um decréscimo de 0,30%, devido principalmente ao facto de nesta data estarem a decorrer menos programas ocupacionais em relação ao ano de 2013, logo prevendo-se assim menos receita a receber do IEFP em 2015.

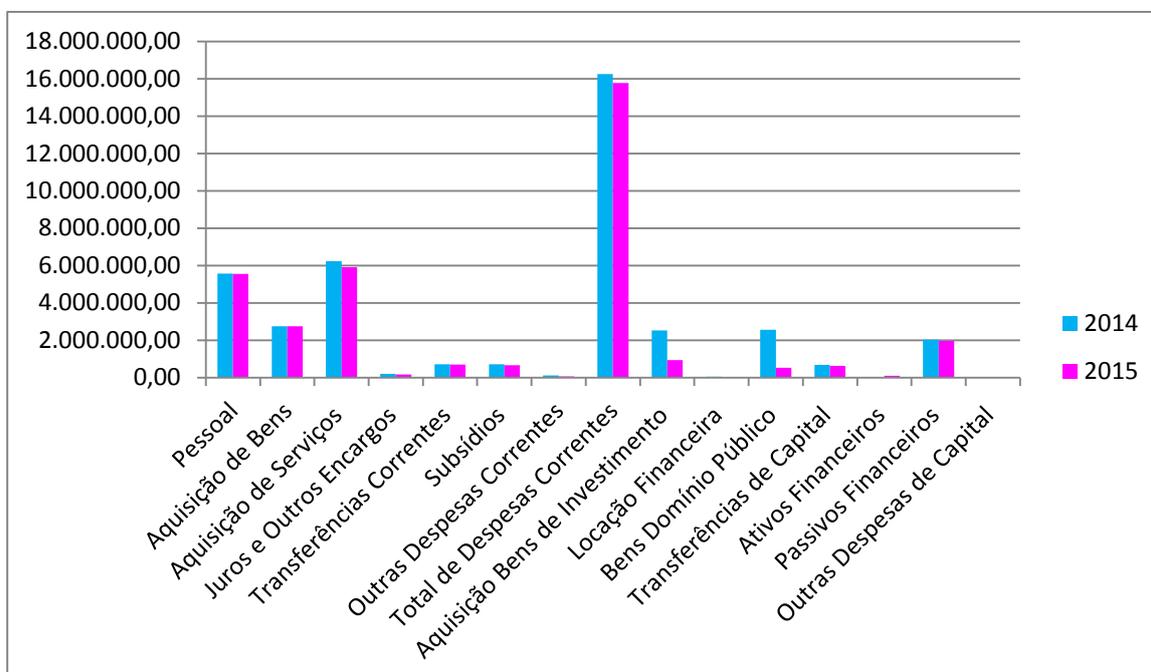
- Nas Receitas de Capital:

- Venda de Bens de Investimento – O valor previsto para esta receita decresce muito significativamente em 2015, passando de 3.740.091,00 € para 183.344,00 por força da aplicação do artigo 253º da Lei n.º 83-C/2013 (Orçamento do Estado para 2014) que refere o seguinte “*Os Municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2015, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração*”,
- Transferência de Capital (-55,88%) – Para 2015 prevê-se uma quebra na comparticipação comunitária, em parte devido ao facto de apenas estar prevista a receita referente a projetos em execução.

1.3.4 – Quadro - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2014/2015

Descrição da Despesa	2014	2015	Var.Abs.	Var. %
Pessoal	5.561.264,00	5.545.426,00	-15.838,00	-0,28
Aquisição de Bens	2.739.741,00	2.735.828,00	-3.913,00	-0,14
Aquisição de Serviços	6.230.280,00	5.905.968,00	-324.312,00	-5,21
Juros e Outros Encargos	203.590,00	163.923,00	-39.667,00	-19,48
Transferências Correntes	702.163,00	701.274,00	-889,00	-0,13
Subsídios	707.117,00	651.700,00	-55.417,00	-7,84
Outras Despesas Correntes	109.200,00	67.120,00	-42.080,00	-38,53
Total de Despesas Correntes	16.253.355,00	15.771.239,00	-482.116,00	-71,62
Aquisição Bens de Investimento	2.525.040,00	931.853,00	-1.593.187,00	-63,10
Locação Financeira	43.649,00	9.769,00	-33.880,00	-77,62
Bens Domínio Público	2.559.831,00	516.973,00	-2.042.858,00	-79,80
Transferências de Capital	672.100,00	627.902,00	-44.198,00	-6,58
Ativos Financeiros	300,00	100.639,00	100.339,00	33.446,33
Passivos Financeiros	2.033.700,00	1.953.838,00	-79.862,00	-3,93
Outras Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00
Total de Despesas de Capital	7.834.820,00	4.141.174,00	-3.693.646,00	33.215,31
TOTAL	24.088.175,00	19.912.413,00	-4.175.762,00	33.143,70

1.3.4.1 – Gráfico - Comparação das Dotações da Despesa Prevista entre os anos 2014/2015



1.3.4.2 – Breve Análise das Despesas Previstas por Capítulos – 2014/2015

Com base no quadro anterior, verificamos que as variações mais assinaláveis na Despesa entre 2014 e 2015 são as seguintes:

- Nas Despesas Correntes:

- Pessoal – Verifica-se um decréscimo para 2015 de - 0,28%;
- Aquisição de Bens e Serviços – O decréscimo nesta rubrica (- 5,35%) tem essencialmente a ver com a contenção de despesas devido à conjuntura nacional.

- Juros e Outros Encargos – De 2014 para 2015 verifica-se um decréscimo na ordem dos 19,48%, resultado da descida das taxas de juro dos empréstimos bancários ao longo de 2014 tendência que se prevê manter no decurso de 2015.

- Subsídios (-7,84%) – Esta rubrica contempla o valor a transferir para a empresa Municipal Desmor, ao abrigo do contrato-programa. Prevê-se relativamente a 2014 um decréscimo no valor de 55.417,00 €, valor este referente à prestação de Dezembro 2013 que foi liquidada já em 2014. O valor do contrato-programa mantém-se.

- As Transferências Correntes – tiveram um decréscimo de - 0,13%.

- Nas Despesas de Capital:

- Transferências de Capital (-6,58%) – O decréscimo relaciona-se, essencialmente, com a diminuição das transferências para o Centro de Educação Especial o Ninho e a Santa Casa da Misericórdia, parte que foi liquidada em 2014, e com a diminuição para as Juntas de Freguesia, que passaram de 303.000,00 € para 265,352,00 €.

- Passivos Financeiros (-3,93%) – O decréscimo nesta rubrica resulta de no ano 2014 terem ficado totalmente liquidados alguns empréstimos.

1.3.5 – Grandes Opções do Plano 2015

COD.OBJ.	ÁREAS DE ACTUAÇÃO	GOP-2014	%	GOP-2015	%
11	Serviços gerais de administração pública				
111	Administração geral	2.721.915,00	22,65	1.996.666,00	25,87
12	Segurança e ordem pública				
121	Protecção civil e luta contra incêndios	169.362,00	1,41	168.462,00	2,18
21	Educação	2.471.124,00	20,56	1.970.195,00	25,53
22	Saúde	19.600,00	0,16	19.600,00	0,25
23	Segurança e acção social				
232	Acção social	242.080,00	2,01	224.565,00	2,91
24	Habitação e serviços colectivos				
241	Habitação	300,00	0,00	4.096,00	0,05
242	Ordenamento do território	248.778,00	2,07	39.948,00	0,52
243	Saneamento	224.191,00	1,87	82.473,00	1,07
244	Abastecimento de água	329.584,00	2,74	128.911,00	1,67
245	Resíduos sólidos	432.563,00	3,60	412.172,00	5,34
246	Protec.do meio ambiente e cons. natur.	67.225,00	0,56	44.129,00	0,57
25	Serv.culturais, recreat.e religiosos				
251	Cultura	333.796,00	2,78	229.874,00	2,98
252	Desporto, recreio e lazer	1.186.854,00	9,87	923.115,00	11,96
320	Indústria e energia	98.477,00	0,82	4.930,00	0,06
331	Transportes rodoviárias	2.394.677,00	19,92	497.384,00	6,45
34	Comércio e turismo				
341	Mercados e feiras	225.528,00	1,88	242.174,00	3,14
342	Turismo	52.023,00	0,43	21.200,00	0,27
4	Outras funções				
420	Transferências entre administrações	516.702,00	4,30	376.589,00	4,88
430	Diversas não especificadas	284.270,00	2,37	330.355,00	4,28
TOTAL		12.019.049,00	100,00	7.716.838,00	100,00

A administração geral e a educação são os objetivos que absorvem a maior parcela do valor do financiamento previsto para 2015, assumindo mais de 51,61% do total do financiamento das GOP'S, facto que resulta essencialmente das verbas previstas para os procedimentos de energia elétrica, aquisição de combustíveis, aquisição de seguros e para os serviços associados à atividade escolar como os transportes escolares e o fornecimento de refeições escolares.

O objetivo dos transportes rodoviários absorve cerca de 6,45%, nomeadamente na construção e beneficiação de troços da rede viária.

Os objetivos dos serviços culturais, recreativos e religiosos, cujo os projetos e ações absorvem também verbas consideráveis, orçando ambas 15,00 %, nomeadamente o contrato-programa com a empresa municipal DESMOR e a dinamização de projetos de desenvolvimento desportivo e cultural,

O valor do financiamento afeto a estas quatro áreas de actuação municipal corresponde a cerca de 72,85% de todo o financiamento das GOP's, sendo o setor da educação eleito pelos órgãos autárquicos como objetivo estratégico de progresso.

A ação social é contemplada com verbas que atingem cerca de 2,91% no total das GOP's.

Por sua vez, as transferências entre administrações afeta também uma parte significativa das GOP'S, cerca de 4,930%, com particular destaque para as transferências para as Juntas de Freguesia no âmbito dos protocolos de delegação de competências, que continuarão assim a contar com a colaboração do Município na realização dos seus objetivos, atividades e obras de investimento.

Não obstante todas as limitações e constrangimentos referidos, a concretização de outras ações e projetos necessários à satisfação das populações, estamos certos que com a realização dos principais investimentos e ações previstos nas GOP's, ver-se-á um enorme incremento ao desenvolvimento económico e social de Rio Maior.